

CONTROLE DE FAX

Expedido por: Fátima  
Nº 194/95 Data: 12-04-95

**Pronunciamento de FHC às lideranças indígenas e das reservas extrativistas.**

Senhor governador Amazonino Mendes, senhores ministros - especialmente ministro Gustavo Krause, que nos saudou - prefeito de Manaus, Eduardo Braga; o senhor embaixador representantes da União Europeia, que está aqui presente entre nós; senhor representante do Banco Mundial, que também se encontra aqui; o encarregado de negócios da Alemanha; o senhor Atanagildo de Matos, que nos saudou; senhor Sebastião Manchineri; os senhores parlamentares federais, estaduais, municipais, governadores de estado; os senhores membros das delegações tanto de extrativistas como das comunidades indígenas, que aqui estão, senhoras e senhores...Hoje foi um dia realmente completo para mim. E nada mais aprazível e também mais simbólico que estarmos aqui hoje. Neste palácio de palha - este símbolo do Brasil.

Palácio, para o povo brasileiro, é onde pode haver um encontro da população com seus governantes. E a palha é um abrigo para o sol quando ele é inclemente e a abertura desses espaços mostra que o governo não quer nenhuma distância para com o povo.

Mas, além dessa simbologia do local onde nós nos encontramos, a verdade é que nós estamos dando passos importantes para levar adiante as transformações que o Brasil clama e necessita. Hoje faz três meses que eu sou presidente da República. Conseguimos colocar em três meses em prática o que apesar dos enormes esforços dos governos anteriores e, notadamente do senador Coutinho Jorge, quase não se conseguiu. Claro que nós não iríamos conseguir se não tivesse trabalhado antes. Ninguém cresce desfazendo o que o outro fez. Só se cresce acrescentando. Mas são três meses apenas e nós estamos em ação, cumprindo à risca o nosso programa. Eu não parei diante de nada. Faz pouco mais de uma semana, assinei desapropriações na ordem de um milhão de hectares de terra para assentar os 40 mil colonos que disse que assentaria este ano. Nunca se fez isso no Brasil.

Hoje aprendi, pela manhã, que tão grande quanto o assentamento de colonos, em termos de reforma agrária, é a existência de áreas extrativistas, das reservas extrativistas ( 1 milhão e 600 mil hectares de terra). Com uma vantagem de juntar o homem à terra e fazer com que haja uma integração entre a natureza e o trabalho, entre a natureza e o progresso. Esse [é o caminho, o outro braço da Reforma Agrária dita de outra maneira e entendida modernamente, dentro das possibilidades do País, acomodar aqueles que precisam de trabalho, de ocupação e de terra. Estamos aqui dando cumprimento a esse tipo de missão e é com muita alegria nós passamos a entidades que organizam os extrativistas, recursos que vieram do G-7. G-7 significa os países mais ricos do mundo. Eles nos prometeram 1,6 bilhão de dólares; concederam por enquanto 250 e nós tardamos tanto e só hoje chega um pouquinho disto. Precisamos redobrar nossos esforços - nós brasileiros para que nós também tenhamos força moral para pedir aos ricos que continuem pagando uma parte que corresponde ao bem estar da humanidade que é a preservação com dignidade e com oportunidade de desenvolvimento dessa riqueza extraordinária que é a Amazônia.

Eu gostei muito de ouvir o representante das comunidades indígenas quando disse que afastemos de nós essa idéia de Internacionalização ou que eles sejam elementos dessa manobra. Isso é inaceitável no Brasil. Não é isso. É a dignidade da comunidade indígena. E me apraz dizer também diante do relator da Constituinte de 88 que esse artigo que foi citado foi posto lá por três pessoas: o relator, o deputado Fábio Feldmann e eu. Tivemos que durante muito tempo resistir a pressões de todo tipo. Eu quase nunca me recordo dessas coisas nem as conto, mas me recordou o senador Bernardo Cabral. E é verdade: resistimos a muita pressão, discutimos infinitas vezes para mudar a concepção da relação entre o Estado e a

população indígena. Pusemos ponto final numa tendência "assimilacionista" e abrimos espaço ao reconhecimento da diversidade cultural e dos direitos daqueles que são diversos mas que pertencem ao mesmo todo, pois são membros da sociedade brasileira e dela não se querem afastar. É isso que diz a Constituição de 88.

Ela prescreveu cinco anos para a demarcação das terras. Eu tenho só três meses de governo. Mas nós já estamos assinando convênios que permitem a demarcação. Agora, há problemas? Há problemas. No Mato Grosso é sério, no Maranhão é sério, em Alagoas é sério, no Pará... meu Deus! Problemas se resolvem. Não podem ficar se arrastando e não se resolve pela imposição. Tem que se encontrar canais de conversação, de negociação. Há de se redefinir, mas redefinir preservando o que manda a Constituição: o que for legítimo do Índio terá que ser demarcado e será demarcado. Com tranquilidade mas com firmeza será demarcado.

Há modos de convivência. Há modos de conversar. No Maranhão, recentemente conversando com a governadora Roseana Sarney, havia um problema muito grave: a Igreja, grupos indígenas, posseiros... Todos tinham razão, mas alguém havia de arbitrar. Podia se arbitrar usando a vontade de império. Tá, faz-se assim... Não foi isso o que aconteceu. Negociou-se, negociou-se e chegou-se a uma solução razoável que atende os direitos dos índios, mas atende também aos posseiros sem-terra que lá estavam, que não era latifundiário, mas era gente pobre molestando outros pobres. Isso é a tragédia do nosso mundo: são pobres brigando contra pobres. Não tem cabimento.

Quando se trata de exploração se pára a exploração; quando se trata de distribuição da miséria, se organiza um modo que ela não seja tão pouca ou tão grande a miséria que a terra não seja tão pouca que não possa atender a maioria, atender ao índio e atender ao que trabalha, que talvez não tenha o direito imemorial àquela terra, mas alguma terra há que ter para que ele possa trabalhar. Nós vamos fazer isso.

Eu quero dizer com toda a sinceridade, falando palavras diretas, que isso aqui é um começo que terá continuidade. Na conversa da manhã com as ONGs surgiu a necessidade que foi reafirmada agora mesmo por quem representa... chama-se Atanagildo. O senhor Atanagildo que com tanta ênfase colocou hoje de manhã a questão relativa à necessidade de financiamento àquele que não tem garantia para dar a um banco que eu com os governadores, hoje, pedi (...trecho curto que não foi gravado) Às vezes(...) no seringal, seu trabalho ou quem sabe um animal de tração, que essa pessoa não precise dar garantia do que ele não tem, porque ele não está inserido no modo capitalista de produção. Ele está num modo de subsistência e não se pode pedir garantia de um sistema a outro sistema. O certo é que é possível viabilizar isso e eu pedi àqueles que tomam decisões que façam isso hoje mesmo. Eu não esperei que passassem 24 horas para acolher a sugestão que pareceu boa e vamos insistir, insistir, insistir porque na administração pública só há um lema: "água mole em pedra dura tanto bate até que fura".

De modo que é isso que eu queria transmitir com muita cordialidade - se eu posso usar essa expressão - com muito empenho também, àqueles que se deram ao trabalho de vir até aqui ouvir essa conversa da tarde; agradecer o modo como o senhor ministro Gustavo Krause, que se vê é um homem que pensa com o coração mas usa o coração para que o pensamento vá mais longe e que tem razão quando diz que eu sou guiado por utopia. Eu uso uma expressão um pouquinho diferente do que ele diz. Eu costumo dizer uma "utopia realista", que é uma contradição nos termos, mas eu faço isso de propósito. A gente tem que dividir alguma coisa mais longe para poder alcançar. Não se alarga o limite do possível quando não se tenta o impossível. Eu tenho repetido muitas vezes que a política não é a

pressão, discutimos infinitas vezes para mudar a concepção da relação entre o Estado e

do possível. A política é a arte de tornar possível aquilo que é necessário. É necessário um novo tipo de relacionamento para a população da Amazônia para os que aqui estão - extrativistas, grupos indígenas, onde a população é mais pobre, é necessário um esforço grande para que nós redesenhemos a relação entre Governo e a Sociedade Civil. Nós vamos fazer isso. Não precisamos nos guerrear para isso. Basta que nós colaboremos, usando o raciocínio, o cérebro para poder encontrar boas soluções, mas usando o coração para que possamos ser realmente movidos com aquela vontade sem a qual nada se faz, que é a vontade de acertar, vontade de estarmos juntos, vontade de dizer "meu Deus, esse Brasil que tem uma Amazônia tão formidável, ele é mesmo nosso", de cada um de nós, que nos dá aquela palavra que foi dita aqui e que eu gosto muito: dignamente.

Que vocês tenham uma vida digna, é tudo que o presidente da República deseja!

Parque do Mindu, Manaus (AM), 01 de abril de 1995.

de vez, mas me lembrou o senador Bernardo Cabral. E é verdade: resistimos a muita pressão, discutimos infinitas vezes para mudar a concepção da relação entre o Estado e a